



A CAMINHO

rumo ao capítulo geral extraordinário
"A Vocação da Ordem hoje"

Roma 2005

Impaginazione di *JA* per
Ufficio di Comunicazioni OFM - Roma
Mosaico in copertina di Franco Sciorilli

Um texto de ontem para hoje

Carta do Ministro geral

Queridos Irmãos Ministros,
Custódios e os Irmãos todos,
Que o Senhor lhes dê a paz!

Conforme recentemente escrevi na carta “*A graça das origens*”, teremos a oportunidade de celebrar o 8º Centenário da Fundação de nossa Ordem. Para prepararmos para este grande acontecimento, em 2006, em Assis, realizaremos o Capítulo Geral Extraordinário, com o qual começaremos uma caminhada de discernimento e de renovação da Ordem, que é um dos objetivos desta celebração.

O Definitório geral nomeou uma Comissão para a preparação do Capítulo Geral Extraordinário, cujos membros são: Frei Francisco Bravi, Vigário geral, Fr. Ambrósio Van Si Nguyen, Definidor geral, Fr. Thaddée Matura, Fr. Hermann Schalück, Fr. Giacomo Bini e Fr. José M. Arregui. A Comissão propôs que todas as Fraternidades da Ordem leiam e aprofundem a Declaração do Capítulo Geral de Madrid (1973): *A Vocação da Ordem hoje*. Por isso, enviamo-la como orientação para o trabalho, de forma a envolver-nos todos na preparação para a celebração do Capítulo Geral.

Já que é importante o trabalho e o envolvimento de todas as Entidades e de todos os Irmãos da Ordem, peço aos Ministros e aos Custódios que:

- Envie uma cópia desse texto a todos os irmãos da respectiva Entidade;
- Estimulem os irmãos a ler e aprofundar o texto, pessoalmente e em Fraternidade;
- Exortem os Irmãos a responder comunitariamente às questões apresentadas como ajuda complementar;
- Peçam que as respostas das Fraternidades sejam enviadas à Cúria provincial/custodial, para que as sintetize em não mais de três folhas e as faça chegar à Secretaria do Capítulo geral, na Cúria geral, até o mês de agosto de 2005.

Tanto a Comissão que prepara o Capítulo geral como o Definitório estão convencidos de que o texto proposto para estudo e aprofundamento, embora seja de 1973, ainda conserva vigor e atualidade. Pessoalmente, penso que a leitura, o aprofundamento e a meditação da Declaração do Capítulo geral de Madrid, *A Vocação da Ordem hoje*, podem ser-nos uma grande ajuda para a renovação que buscamos com o Capítulo Geral e com a celebração do 8º Centenário da Fundação da Ordem.

Mais uma vez, agradeço aos Ministros e aos Custódios o serviço de animação dos Irmãos. Agradeço também a todos os Irmãos da Ordem pelo esforço de procurar “dar sempre mais qualidade” à sua vocação de Frades menores.

Roma, 1 de janeiro de 2005.

Fr. José Rodríguez Carbalho, Ofm
Ministro geral

Apresentação do Documento “A vocação de Ordem hoje”

Chamados a atualizar continuamente nossa forma de vida, novamente propomos aos frades a “Declaração sobre a vocação da Ordem hoje”, fiéis ao Concílio Vaticano II que convidou todos os religiosos a “retornarem às fontes de toda a vida cristã e à inspiração original, adaptando-as aos nossos tempos” (*Perfectae caritatis*, 2). A Ordem dos Frades Menores entrou nesta caminhada. Preparando-o por numerosas pesquisas sobre suas origens históricas, teológicas e espirituais, como também por experiências concretas de renovação, as autoridades iniciaram um trabalho de reflexão e de decisões legislativas. Dois anos após o Concílio, o Capítulo de 1967 trabalhou longamente sobre as Constituições gerais a fim de adaptá-las às perspectivas abertas pelo Concílio. Seis anos depois – 1973 – o Capítulo geral de Madrid apresentou, sob a forma de uma declaração redigida em linguagem moderna, simples e acessível, uma visão da identidade franciscana no seio do mundo contemporâneo. Na linha dos documentos conciliares, era uma síntese entusiasmada das descobertas, das proposições, das interrogações e das experiências vindas do passado e situadas no presente. A acolhida que a Ordem deu a esta Declaração foi muito positiva: para muitos frades ela se tornou uma inspiração e, para a formação dos jovens, um documento básico.

Os temas fundamentais por ela abordados foram retomados a seguir pelos vários Capítulos, pelos documentos dos Ministros gerais e das Comissões que surgiram durante os anos. Redigida no fervor conciliar, a Declaração conserva um tom de esperança e, dedicando-se totalmente a um sério exame de consciência, continua um documento estimulante e otimista.

Para preparar o 8º Centenário (1209 – 2009) da aprovação da Regra dos Frades menores, pensamos que a retomada desse texto poderia estimular a reflexão de todos os frades sobre a refundação – a re-atualização – do projeto evangélico que a Regra propõe e que a Declaração, sob proposta do Concílio, adaptou ao tempo presente. Retomando a leitura 30 anos depois, pessoalmente e em Fraternidade, não será apenas um ato nostálgico de memória, mas uma confrontação atual.

- O que fizemos com as perspectivas abertas por esse texto?
- O que ali se propõe, ainda conserva sua atualidade para cada um de nós?
- Como lhe responder, ou, que decisões tomar, que gestos fazer, que passos novos, inéditos, dar para passar da teoria à prática?
- No texto, existem pontos ou insistências hoje ultrapassadas?
- Ou, ao contrário, confrontamo-nos com situações e desafios novos, sobre os quais a Declaração não fala?

Diante das grandes transformações e das crises de nossas Entidades, que esperança temos e que esperança propomos ao povo cristão?

Roma 11/12/2004

Os Frades da Comissão “*Forma Vitae*”

A Vocação da Ordem nos dias de hoje

Declaração do Capítulo Geral de 1973

Apresentação

1. Como homens do nosso tempo e consagrados a Deus, também nós, frades menores, nos sentimos interpelados de todos os lados, quanto ao sentido da nossa vida, das nossas opções e quanto ao carácter específico da vocação da nossa Ordem nos dias de hoje. Em primeiro lugar, é Cristo quem nos chama a viver hoje o Evangelho.

A seguir, a Igreja, na pessoa do Papa Paulo VI, o qual enviou uma carta ao Capítulo Geral, faz-nos esta pergunta: «Qual é a vossa função na Igreja, qual é a vossa vocação específica no mundo de hoje?»; e ao mesmo tempo apresenta-nos alguns marcos essenciais para balizar a nossa investigação.

Por seu lado, o mundo, angustiado e agitado com tantas tensões, mas cheio de simpatia para com S. Francisco, pergunta quem somos nós e qual a ajuda que lhe podemos dar.

Nós próprios, agora que estamos reunidos em Capítulo para rever as nossas Constituições Gerais - como aliás o fizeram diversas vezes no decorrer da história os nossos antepassados -, procuramos a nossa identidade e o carácter particular da nossa vocação nos dias de hoje.

2. Queremos dar uma resposta sincera a estas perguntas na declaração por nós elaborada. Esta declaração não pretende ser uma exposição de todos os elementos da vida franciscana, nem um documento espiritual e muito menos ainda um tratado teológico. Ela propõe-se recolher alguns dos elementos essenciais de quanto se disse acerca da vocação franciscana, exprimi-los de forma condensada e incisiva e deste modo apresentar como que uma afirmação de valores que nos aparecem

hoje como particularmente significativos da vocação da Ordem. Esta declaração deseja ter igualmente em conta problemas novos, surgidos nestes últimos anos e, a partir deles, precisar algumas opções já tomadas. Ela é um apelo urgente aos irmãos para encarnarem na sua vida concreta, mediante realizações efetivas, os temas sobre os quais se verificou haver na Ordem um acordo geral.

Esta declaração não é para ficar em letra morta. Cada Província, à luz dela e tendo igualmente em conta o relatório do Ministro Geral, deverá esforçar-se por estudar um ou outro dos pontos que nela são realçados a fim de os tornar realidade.

3. Na qualidade de frades menores exprimimos, antes de mais, a nossa confiança no carisma outrora concedido a Francisco de Assis e reconhecido pela Igreja, carisma esse que permanece atual e vivo, como o atestam muitíssimas vozes, tanto dentro como fora do Cristianismo. Dóceis a este carisma de Francisco, o qual soube captar as aspirações profundas da sua época, somos levados a olhar para o mundo atual e a escutar as interpelações que nos advêm das correntes contemporâneas e inclusive das suas contestações. A nossa existência como fraternidade devemos-la à experiência histórica de Francisco e da sua Ordem e desejamos continuar-lhe fiéis. Ao acolher com fé o Evangelho de Jesus Cristo, Francisco teve consciência de ser enviado ao mundo com os seus frades para testemunhar com o seu gênero de vida e proclamar com a Palavra a conversão ao Evangelho, a vinda do Reino de Deus e a manifestação do seu amor entre os homens. A consciência desta missão incutia-lhe dinamismo espiritual, liberdade de movimentos e audácia para todas as arremetidas, atirando-o para o meio dos homens, cristãos ou não, para partilhar com eles, na sua situação concreta, a sempre jovem e alegre Boa Nova. O apelo outrora dirigido a este homem diz-nos respeito e interpela-nos hoje; é a nós que compete acolhê-lo e viver dele, dando assim resposta às expectativas e necessidades dos homens do nosso tempo.

4. Reconhecemos a distância que existe entre a pessoa de Francisco e nós que nos honramos de ser seus filhos, entre o que nos propomos como projeto e o rosto concreto da nossa Ordem. A crise do mundo e da Igreja de que somos tributários, a atual situação da Ordem (saídas numerosas de irmãos, envelhecimento do grupo, crise de confiança na nossa vocação, como o acentuou

também o Ministro Geral no seu relatório «De Statu Ordinis», para além de todo o nosso propósito de fidelidade ao Evangelho, forçaram-nos a uma nova arrancada, isto é, a uma mais profunda conversão do coração. Todas estas coisas exigem de nós a renovação na fé, imaginação, coragem, aceitação de riscos e rápidas decisões. Apesar da nossa fragilidade, queremos empenhar-nos nessa via e indicar quais os pontos que se nos parecem impor com mais vigor.

O EVANGELHO E A FÉ

5. Ao centro da vida franciscana encontra-se a experiência de fé em Deus no encontro pessoal com Jesus Cristo. É o que atestam os escritos de Francisco e outros textos. Sob qualquer aspecto que se aborde (oração, fraternidade, pobreza, presença no meio dos homens), todo o projeto evangélico remete-nos continuamente para a fé. As recomendações incessantes da Regra sobre a busca de Deus e a sua primazia absoluta e única na vida dos frades, sobre a adoração e o amor que Lhe são devidos, sobre o seguir as pisadas de Cristo e sobre a vida segundo o Evangelho, sobre a abertura ao sopro soberanamente livre do Espírito ou sobre a oração prioritária e incessante; as motivações evangélicas propostas a todos os comportamentos dos frades (contemplação, jejum, oração, vestuário, pobreza, trabalho, mendicidade, alimentação) mostram que na base duma tal vida existe uma experiência única da fé num Deus que é Amor.

6. Esta experiência verificou-se então num contexto cultural e religioso muito diferente do nosso; mas nem por isso deixa de ser modelo para a nossa situação. Vivemos num momento em que muitas seguranças, facilidades e também ilusões sobre a fé se desmoronam e nós somos projetados, por cima dos pontos periféricos, para o centro mesmo da nossa opção cristã: a nossa fé no Deus e Pai de Jesus Cristo. Esta fé, que não é conhecimento puro ou reflexão teológica, repetição de fórmulas, sistema ideológico ou convicção voluntarista, mas uma descoberta, um acolhimento gradual e vivo da realidade de Deus e do homem à luz de Jesus Cristo; esta fé, dom gratuito do Espírito de Jesus «sem o qual nada podemos fazer» (Jo. 15, 5), livremente aceito, é o único funda-

mento sólido em que se pode construir uma Vida de oração, de celibato, de fraternidade, de pobreza e de serviço.

7. Sabemos que não é fácil viver uma semelhante exigência, difícil de exprimir em fórmulas precisas, nunca terminada, sempre a recomençar e que nos atira para novos começos. E não devemos contentar-nos com palavras, nem pretender dar resposta a tudo; pelo contrário, há que assumir humilde e honestamente, do interior da fé do Povo do Deus, a busca difícil e as incertezas comuns a tantos homens.

8. Uma tal diligência na fé aprofundará a nossa busca espiritual quer ela seja feita em comum, quer individualmente. Será ela, e só ela, que sustentará a nossa oração. Com efeito, tudo quanto se disser sobre a oração intensa, sobre a solidão, sobre a necessidade de intercâmbio de impressões espirituais profundas, baseia-se nesta afirmação primordial, da fé. Por conseguinte, devemos, sem receio dos problemas críticos que o mundo e a vida nos levantam, verificar incessantemente esta fé, o que permitirá tornar ainda mais firme este fundamento último do nosso projeto. Se nos esforçarmos por viver assim, poderemos atestar, mediante a nossa própria procura, que Deus está vivo, que Jesus é Senhor, que o Espírito é a força que nos anima. E as nossas fraternidades poderão converter-se em ambientes despertadores da fé, em ambientes de oração e de referência evangélica para nós próprios e para os homens que procuram um sentido para a sua vida.

VIDA NA IGREJA

9. Este aprofundamento da fé, ao qual a nossa vocação e a situação atual nos convidam, não pode ser iniciado nem pode ser realizado sem desfalecimento, a não ser em comunhão com a Igreja. «O sentido da Igreja bem assim como o seu serviço fazem parte integrante da nossa vocação». Nos séculos XII e XIII não foram poucos os movimentos evangélicos que tiveram de enfrentar o problema e, não raro, os escândalos na Igreja. Alguns deles tomaram posições contra a Igreja porque ela lhes parecia infiel ao Evangelho que eles queriam viver. Francisco, que sofria com as fraquezas da Igreja medieval, quis desde o início pôr-se e permanecer em plena comunhão com ela. Procedia desta maneira, não por uma questão de oportunismo, mas antes por um amor profundo e uma obediência sincera à vontade de Cristo, que confiou a sua Igreja a Pedro e aos seus sucessores. Esta Igreja, estruturada pelos ministérios era para Francisco o meio privilegiado onde ecoava a autêntica Palavra de Deus e onde Jesus se manifestava nos seus sacramentos. Conhecendo as fraquezas que havia na Igreja, não deixou de a amar e de considerar os clérigos como seus mestres e senhores, reconhecendo-se ele próprio pecador.

10. Hoje os problemas que se levantam referem-se, na maior parte das vezes, às estruturas da Igreja, as quais para muitos se apresentam como um obstáculo à fé e ao Evangelho. As críticas e a contestação a respeito da «instituição» tornam-se veementes e duras, e vários, mesmo entre nós, afastam-se dela, que mais não seja, interiormente.

11. Reconhecendo embora que o rosto da Igreja - tal como nós, os cristãos, o desenhamos - aparece por vezes desfigurado, é esta Igreja que nós queremos amar com todo o coração e é em comunhão com ela que queremos continuar. Sabemos que é nela que podemos acolher e desenvolver o nosso carisma, porque ela foi enviada para manter no mundo a fé em Deus e a presença viva de Jesus e do seu Espírito, para trabalhar na vinda do Reino de Deus (Lc. 17, 20-21). Não há dúvida de que a nossa forma de vida, na medida em que for vivida, é uma força de contestação face à mediocridade e às faltas das pessoas e estruturas. Mas ao mesmo tempo, a exemplo de Francisco, queremos ser dentro da Igreja homens de paz e de reconciliação, amando todos os nossos irmãos cristãos, e testemunhando obediência e respeito aos bispos e sobretudo «ao Senhor Papa».

IRMÃOS ENTRE OS HOMENS

12. O Senhor chamou-nos a viver segundo o Evangelho, não sozinhos, mas numa comunidade de irmãos. É nela e por meio dela que se realiza a nossa vocação, uma vez que é ela o lugar privilegiado do nosso encontro com Deus. Queremos viver, não apenas uns ao lado dos outros, correndo para o mesmo fim e ajudando-nos a atingi-lo, mas voltamo-nos uns para os outros para mutuamente nos amarmos, como o Senhor disse nos deu o exemplo e o mandamento. Devemos todos olhar-nos como irmãos, dar-nos provas de respeito, manifestarmos simplesmente uns aos outros as nossas necessidades, prestarmos uns aos outros os mais humildes serviços, evitar as disputas, as murmurações, a cólera, as apreciações negativas; numa palavra, amarmo-nos por atos e não apenas por palavras; e isso com o carinho duma mãe para com os seus filhos.

13. Uma vida fraterna assim, significada e alimentada pela Eucaristia, sacramento de unidade e caridade, implica a partilha material e espiritual, a busca de Deus e de Jesus na oração comum, as permutas e interpeleções fraternas, o confronto dos nossos respectivos compromissos e habitualmente a vida em comum. A escolha duma tal vida, feita após reflexão, submetida à provação do tempo e publicamente expressa diante de Deus e da Igreja, liga-nos de forma permanente à comunidade dos nossos irmãos. Esta vida comporta igualmente a escolha do celibato por causa do Reino(cf. Mt. 19, 12), o qual baseado na promessa e no apelo de Jesus, favorece a realização dum semelhante tipo de vida.

14. A nossa fraternidade pretende ser a reunião de homens provenientes, sob o impulso do Espírito, de diferentes meios sociais e culturais e que se esforçam por criar entre si verdadeiros laços de amizade, de respeito, de aceitação mútua; não é simplesmente uma equipe de trabalho, mesmo apostólico. Na nossa fraternidade todos são irmãos, homens iguais, se bem que diferentes, livres e co-responsáveis. Se ela põe de lado estruturas pesadas e minuciosas, comporta no entanto o necessário serviço de unidade e coesão exercido pelos «ministros e servidores» da fraternidade, a quem os frades devem obedecer. Procurando assim conjuntamente o que agrada ao Senhor, acatando-se mutuamente, limitando a sua liberdade com a liberdade dos outros, submetendo-se às exigências da vida em comum e às estruturas indispensáveis da fraternidade, os frades vivem a verdadeira obediência de Nosso Senhor Jesus Cristo.

15. A comunidade fraterna não é uma realidade fechada sobre si mesma; por força do seu próprio dinamismo estende-se a todos os homens, que para nós são uma manifestação de Cristo. Devemos amar e acolher com benevolência amigos e inimigos, quer eles venham a nós, quer nós vamos até junto deles.

Poderemos até procurar, com os que o desejarem, novas formas de relação com a família franciscana.

Ao mesmo tempo que verificamos que o nosso mundo está dividido em classes sociais e em categorias ideológicas, recusamo-nos a julgar e a condenar os homens em virtude dessas classificações. Conscientes da obrigação de sermos em toda a parte testemunhas do Evangelho, nos nossos contatos, não temos que nos entregar a

discussões, que fazer proselitismo, mesmo religioso; que-remos ser construtores da paz, sem quaisquer pretensões, corteses, alegres, submissos a toda a gente, praticando, se o caso for para isso, a não-resistência(cf. Mt. 5, 39) e convictos de que não somos senão servidores duma Palavra maior do que nós. Pelo nosso amor lúcido, mas benevolente, devemos dar testemunho a todos os que encontrarmos do valor insubstituível de cada pessoa.

16. Por estarmos situados num mundo em que as estruturas econômicas, sociais e políticas têm influência no homem, e, sob formas subtis de manipulação, não raro impedem a verdadeira liberdade, não podemos ficar indiferentes a este estado de coisas, nem ser solidários com qualquer situação em que o homem não possa viver como homem, porque subdesenvolvido ou explorado. É por isso que, em nome da caridade e da justiça e, precisamente, para sermos fiéis à nossa vocação de «arautos da paz», somos chamados a lutar contra estes males e a trabalhar igualmente pela libertação dos oprimidos e dos opressores, anunciando-lhes a conversão e a fé no Evangelho (cf. Mc. 1, 15).

17. Se soubermos viver «não de palavras, mas por obras» a verdadeira fraternidade, entre nós mesmos; e se em vez de nos fecharmos permanecermos abertos a todos os homens com quem entrarmos em contato, corresponderemos à expectativa dum mundo que, ameaçado pela despersonalização e pelo anonimato, aspira profundamente à comunidade. Nós poderemos então com outros homens, cristãos ou não, desempenhar uma função de fermento na edificação duma humanidade que não seja uma poeira de indivíduos solitários e despersonalizados, mas uma comunhão fraterna em Cristo.

SERVOS DE TODOS

18. O nome de «Frades Menores», que nós usamos, exprime uma exigência de fraternidade e ao mesmo tempo a dum serviço humilde («minoridade»). A começar pelo interior do nosso grupo, nós somos convidados a obedecer uns aos outros e quando um cargo nos confere uma certa autoridade, somos convidados a pôr de parte qualquer domínio ou vontade de poder e a prestar os mais humildes serviços.

19. Em relação a todos, submissos a qualquer criatura por causa de Deus, devemos apresentar-nos, em comunidade e individualmente, como pequeninos, como servos que ninguém teme, porque os servos esforçam-se por servir e não por dominar ou por se impor, sobretudo para fins espirituais. Uma semelhante atitude exige o espírito de infância, a pequenez, a simplicidade, um otimismo decidido perante os homens e os acontecimentos. Há que aceitar a insegurança no plano das instituições e das idéias, a incerteza em relação ao futuro. Há que reconhecer que somos fracos e vulneráveis, «servos inúteis» (Lc. 17, 10) e que ninguém é forte senão Deus. Contribuiremos assim, pelo nosso lado, para fazer resplandecer o rosto da comunidade cristã, que é também o rosto do seu Senhor, o qual veio «para servir e não para ser servido» (Mt. 20,28).

DISCÍPULOS DE CRISTO POBRE

20. A nossa regra e a nossa vida consistem em seguir em tudo as pisadas de Jesus Cristo. E uma vez que ele se fez pobre por nós, somos chamados a servir o Senhor na pobreza e humildade como estrangeiros e transeuntes no mundo. A pobreza, vivida na sua dupla dimensão espiritual e social, apresenta-se-nos como uma tarefa particular e permanente.

21. A pobreza de Francisco tinha raízes essencialmente evangélicas e supunha antes de mais uma atitude interior de renúncia total por causa do Reino e de absoluta dependência de Deus, fonte única de todo o bem e de toda a riqueza. Essa pobreza, porém, manifestou-se numa forma singularíssima, tornando crível a pregação evangélica aos homens do seu tempo. Numa altura em que o mundo monástico medieval explorava mediante o seu trabalho as suas propriedades fundiárias que lhe garantiam a subsistência, Francisco não quis nenhuma propriedade, nem para ele nem para os seus frades. À imitação de Cristo e dos apóstolos - totalmente livres para anunciar o Evangelho - Francisco e os seus companheiros começaram por levar vida de itinerantes. A sua subsistência era garantida pelo trabalho em casa dos outros, e, eventualmente e em último recurso, pela mendicância. Mesmo se a evolução do movimento obrigou a adaptações (aceitação de «lugares», de casas, de igrejas para uso dos frades), a recusa de Francisco quanto à sua inserção em algumas das estruturas da sociedade permaneceu firme. Outro tanto se diga quanto à sua recusa do dinheiro e quanto à exigência duma vida pobre.

22. Precisamos de ver hoje como, numa sociedade sócio-econômica diferente, poderemos manter o essencial da nossa opção pela pobreza. No passado, a Ordem, atraída incessantemente pela pobreza radical de Francisco, reagiu continuamente, com mais ou menos vigor, contra a tendência natural de se instalar. Hoje, todos nós somos convidados a procurar como exprimir a mesma exigência. A não-propriedade fundiária, a exiguidade do alojamento, a subsistência garantida através do trabalho, a precariedade do emprego são, nos dias de hoje, condição normal de grande número de pessoas e ainda mais importante é a multidão daqueles que vivem numa condição desumana. Portanto, tendo em conta as conjunturas locais, convém procurar a maneira de viver como os pequenos de hoje. Partilhando desta situação, mas sem aceitar as estruturas que conservam tantos dos homens nossos irmãos na miséria, procuraremos ser, juntamente com eles, o fermento duma sociedade nova, chamada à participação total da salvação de Cristo (cf. Rom. 11, 12).

23. Se nos habituarmos a viver assim, poderemos desempenhar, em relação à sociedade de produção e de consumo, uma função de contestação. Não possuir grandes propriedades, viver do seu trabalho, duma maneira simples, modesta, mas bela, recusar-se a ceder à publicidade que só tem o consumo em vista, tudo isso nos proporcionará o verdadeiro sentido dos bens materiais, e nos aproximará mais dos pobres, dos marginais, bem como de todos os que, não encontrando sentido numa sociedade de abundância, procuram uma vida mais despojada e livre.

24. A nossa pobreza evangélica implica igualmente a partilha. Aquilo que possuímos, reparti-lo-emos, não só entre nós, mas procuraremos igualmente dá-lo para ajudar outros que estão em necessidade tanto material

como espiritual. Livres de todo o receio, mediante a pobreza que escolhemos, vivendo alegremente da esperança fundada na Promessa, poderemos dar aos homens do nosso tempo o testemunho de que este mundo tem um *Sentido* que o ultrapassa e que o encaminha para um futuro que denominamos Jesus Cristo.

25. Na linha do «Cântico do Irmão Sol», estenderemos a nossa preocupação fraterna à natureza, presentemente ameaçada pela conduta irreponsável e ávida da sociedade industrial e de consumo. Queremos humanizar a terra, que recebemos gratuitamente do Amor de Deus, através dum domínio que a torne totalmente fraterna ao serviço de todos. Iremos assim ao encontro da inquietação do nosso tempo, mas mostrando-lhe a razão de ser da nossa atitude: é que esta criação tem origem no Amor, que lhe dá o seu sentido, isto é a emergência duma humanidade fraterna reunida em Cristo, pelo qual e para o qual o mundo foi criado.

O TRABALHO DOS FRADES

26. O trabalho é uma necessidade ligada à nossa profissão de pobreza. Francisco e os primeiros frades entregavam-se a trabalhos muito variados (cuidar dos leprosos, trabalhos em casa das pessoas, pregação). Em relação ao conjunto da vida religiosa medieval, Francisco introduz um novo conceito e uma nova prática: o trabalho em casa dos outros. Este trabalho não era principalmente clerical no atual sentido da palavra, pois o grupinho das origens era formado pelas mais diversas pessoas, das quais só algumas eram padres. Quando isso era possível, os frades exerciam o ofício ou a profissão que já tinham ou então aprendiam um. Este trabalho era uma ocasião de contato com as pessoas e um meio de anunciar o Evangelho. Esta novidade não sobreviveu com a evolução da Ordem e a sua inserção gradual nos quadros da vida clerical e monástica. A partir desse momento, a Ordem empenhou-se sobretudo no trabalho ministerial (ministério sacerdotal, pregação, estudo), no trabalho de assistência social (cuidar dos doentes, assistência aos pobres, promoção das classes abandonadas) e no trabalho doméstico dentro dos conventos para os não-clérigos.

27. Ultimamente, participando na evolução geral da vida religiosa e igualmente influenciados por determinadas experiências de outras comunidades, reencontramos um aspecto do trabalho, tal como Francisco o tinha previsto. Nas nossas fraternidades começam a diversificar-se os trabalhos e as ocupações. Apesar do trabalho ministerial, do serviço das nossas próprias obras, bem assim como dos trabalhos domésticos internos mobilizarem legitimamente a maioria dos frades, cada vez se vêem com mais frequência irmãos a exercer diversos ofícios e

profissões assalariadas em empresas e instituições que não pertencem nem à Ordem nem à Igreja. Uma tal orientação parece-nos também conforme com a nossa vocação; ela insere-nos numa maneira especial dentro da sociedade, permitindo-nos trabalhar na sua construção e aproximando-nos daqueles que vivem do seu trabalho. Ao mesmo tempo que é um caminho de futuro, esta orientação permite-nos reencontrar uma das intuições das nossas origens.

28. Por conseguinte, julgamos que os frades podem exercer qualquer trabalho e qualquer profissão compatível com a vida cristã e franciscana. Ao mesmo tempo que afirmamos a necessidade de trabalhar para as suas próprias obras ou ao serviço das instituições organizadas pela Igreja, reconhecemos a importância do trabalho em casa dos outros como forma de serviço e de testemunho que de uma maneira particular nos aproxima dos homens nossos irmãos.

29. Um empenhamento semelhante comporta igualmente limites. Limites humanos porquanto devemos ter cuidado de não ser escravos do trabalho nem do lucro e ter o cuidado de conservar a nossa liberdade de homens em presença dum mundo de estruturas desumanizantes. Limites próprios ao nosso gênero de vida: aquilo que entre nós tem prioridade absoluta é a busca de Deus (interioridade, solidão, oração), a vida fraterna, a disponibilidade para com os outros, a pobreza e a recusa do poderio. Um trabalho que habitualmente nos impedisse de levar esta vida, que é a nossa tarefa essencial, não poderia ser aceito.

30. Assim, vendo no trabalho o aperfeiçoamento da criação, a realização do homem e a sua participação no destino da humanidade, executando-o com competência e fidelidade, devemos no entanto ter presente que ele não tem sentido senão em referência ao Pai que trabalha incessantemente no mundo (Jô. 5, 17) para dele fazer uma terra dos vivos.

MENSAGEIROS DE PAZ NO NOSSO MUNDO

31. A missão essencial da nossa fraternidade, a sua vocação na Igreja e no mundo, consiste na realização vivida do nosso projeto de vida. Julgamos que ao esforçar-nos por viver a experiência da fé no seio da comunidade humana, ao criar uma fraternidade de amor e de serviço aberta a todos, ao viver na pobreza e no trabalho, ao participar na esperança dos pobres, podemos ser um esboço da humanidade nova reunida em tono de Jesus ressuscitado pelo poder do seu Espírito. O nosso contributo para a construção da Igreja e da humanidade é em primeiro lugar desta ordem: é acima de tudo pela vida que nós damos testemunho.

32. Está fora de dúvida que a palavra que anuncia e que explica o que Deus realizou em Jesus Cristo e o que ele continua em nós e no mundo faz indissolivelmente parte da nossa missão, apercebida por Francisco no «evangelho da missão» e confirmada por um mandato da Igreja. Devemos ter todos a coragem de «dar conta da esperança que em nós existe»(1 Pd. 3, 15). Aqueles que receberam o ministério sacerdotal anunciam a Palavra segundo as modalidades que lhe estão inerentes; mas todos os frades devem dar, também pela palavra, testemunho do Senhor Jesus. Estaremos particularmente atentos aos cristãos em crise, aos homens e mulheres que se encaminham para a fé e aos grupos de cristãos que de diferentes maneiras estão ansiosos por constituir comunidades de vida.

33. A nossa vontade de criar no próprio seio da cidade terrena uma comunidade fraterna, em que os homens

mais diversos compartilham entre si a vida, os bens e o trabalho; uma fraternidade que recuse o poderio para ser servidora, que escolha um estilo de vida que a aproxime dos pobres e que a torne sensível à sorte de todos os oprimidos, acarreta, quer o queiram quer não, repercussões sociais e políticas. Será preciso fazer tudo para se não confundir esta vontade com qualquer corrente política, seja ela qual for, e para não se permitir que seja explorada por uma ou outra tendência. Mas procurar-se-á levar até às últimas consequências as exigências das Bem-aventuranças. Poderemos assim demonstrar a possibilidade - sempre relativa porque nenhum êxito humano pode ser identificado com o Reino de Deus - da existência duma comunidade em que o homem é livre, é reconhecido como irmão e é respeitado no seu valor.

34. A partir daí e tendo em conta a nossa vocação de paz, ser-nos-á possível participar, de verdade, nos problemas e combates sociais e políticos dos dias de hoje. Isso exige uma informação séria, que permita evitar os entusiasmos sentimentais, as sentenças sumárias injustas, as declarações irresponsáveis, e que proporcione uma análise objetiva das situações. Além disso, se procurarmos viver a justiça e a partilha entre nós, se, consoante as nossas possibilidades e os nossos carismas, participarmos do destino e do trabalho dos pobres e dos abandonados do nosso tempo, teremos então o direito e o dever de unir a nossa voz à voz dos oprimidos. Mas fá-lo-emos por amor à pessoa que vislumbramos em cada homem, seja qual for o grupo social a que pertença. Assim, como construtores da paz, faremos progredir o Reino de Deus, no qual já não devem existir nem muros entre os homens, nem dominação: «já não há escravo nem homem livre,...mas filhos de Deus» (Gál. 3,26-28).

35. O que se acaba de dizer sobre a sociedade, vale, em parte, para a nossa missão na Igreja. Se de verdade

vivermos segundo o Evangelho, a fé, o amor mútuo, a pobreza, a prática da autoridade como serviço, poderemos ser no seu seio um fermento de inquietação e de contestação evangélicas. Trata-se duma exigência terrível, porque antes de mais nada o mal e o insucesso estão em nós; contentarmo-nos com uma contestação puramente verbal dos outros seria uma hipocrisia.

SENTIDO DAS ESTRUTURAS DA NOSSA FRATERNIDADE

36. A descrição do nosso projeto de vida permite ver que não somos uma organização estruturada em vista de realizar uma ou mais tarefas precisas.

Somos uma comunidade de irmãos, que dentro da comunhão da Igreja, em união com todos os que estão animados pelo espírito de Francisco, queremos simplesmente viver um tipo de vida evangélica, convencidos de que este constitui um contributo particular para o testemunho global dos cristãos.

37. Tudo o que é necessário como estrutura e que faz de nós uma «ordem» (*ordo fratrum minorum*) tem por fim assegurar a comunhão fraterna entre nós e com a Igreja, para que o nosso testemunho seja sem cessar e cada vez mais evangélico. Tal é o sentido fundamental da autoridade na nossa fraternidade, tanto a nível local, como provincial, ou de toda a Ordem. Os irmãos que dela estão incumbidos garantem a ligação e a unidade dos frades, despertam-nos para a sua responsabilidade cristã, fortalecem-nos na sua vocação evangélica e franciscana, arrancam-nos do seu isolamento para os abrir a uma comunhão mais vasta. É antes de tudo a função do ministro geral da fraternidade que mantém, através de frequentes trocas de impressões e de contactos pessoais, a unidade dos frades dispersos através do mundo; e os representa perante o centro da unidade eclesial.

38. Estes laços fundamentais uma vez garantidos e afirmados - e muito fica ainda por fazer neste campo -

deixa-se às fraternidades, às províncias e aos grupos culturais ou regionais uma amplíssima parcela de autonomia e liberdade, até agora insuficientemente explorada. As leis necessárias têm em vista garantir a subsidiariedade e, eventualmente, protegê-la contra a negligência ou a irresponsabilidade. De qualquer forma, há que contar mais com o diálogo e com o contato pessoal entre os frades e os seus ministros do que com a multiplicidade e a precisão das leis.

39. No seio dos grupos (fraternidades, províncias, Ordem) dar-se-á ampla participação a todos nas responsabilidades. No entanto, embora a pluriformidade seja um bem, é preciso ter o cuidado de que ela não leve ao isolamento de cada grupo, mas que, tanto a nível dos responsáveis como a nível dos frades dos diferentes grupos, estejam previstos contatos e trocas de impressões.

40. Na elaboração das leis, a Ordem escolherá o seu próprio método, evitará a anarquia e a fragmentação, conservará a leveza e a maleabilidade, de maneira que, periodicamente, em cada capítulo geral, se possam realizar revisões e correções.

É assim que poderemos viver segundo a palavra de Francisco: conscientes de ter feito bem pouco até agora, estar sempre prontos a recomençar a conversão evangélica a que somos chamados.

[*Acta Capituli Generalis Ordinarii Ordinis Fratrum Minorum*, Madrid 1973, Curia Generalis Ordinis, Roma 1973, pp. 491-502]

PARA A REFLEXÃO

A

Leitura e aprofundamento pessoal.
Impressões e ressonâncias na partilha fraterna.

B

Perguntas.

1.

“A Regra e a vida dos Frades menores é esta: observar o santo Evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo...” (Rb 1,1)

Para reencontrar a verdadeira fé na vivência quotidiana, exige-se, ao mesmo tempo, paixão para buscar a face de Deus e renúncia radical a tudo.

Que obstáculos concretos devem ser removidos e que mediações (estruturas) pessoais e fraternas devem ser propostas para a reatualização de nossa vocação e missão?

2.

“Qual é vossa tarefa na Igreja e qual é vossa vocação específica no mundo de hoje?” (Paulo VI)

Francisco e a primitiva Fraternidade deram uma resposta a estas interrogações aproximando a Igreja ao mundo de seu tempo.

Como nos relacionamos com nossa Igreja e como tornar-nos mais presentes entre o povo, a fim de melhorar o diálogo entre Igreja e mundo?

3.

“Se a mãe nutre e ama seu filho carnal, quanto mais diligentemente não deve cada um amar e nutrir a seu irmão espiritual?” (Rb 6,8).

Muitas vezes, o medo, a falta de fé e o individualismo andam juntos, paralisando nossa caminhada e erguendo muros de fechamento e de divisões...

Como continuar a aprofundar nossas relações pessoais em vista de uma Fraternidade mais autêntica, mais contemplativa, mais missionária?

4.

“Os irmãos não se apropriem de nada...” (RB 6,1). **“Eu trabalhava com minhas mãos... Quero firmemente que todos os irmãos trabalhem... Aprendam... por causa do exemplo e para afastar a ociosidade”** (Test 20-21).

Como viver hoje estas prescrições da Regra e do Testamento, com as respectivas atualizações de nossas CCGG (Art 72-82)?

Que espécie de sobriedade e de solidariedade podemos praticar, pessoalmente e em Fraternidade?

5.

“Bem-aventurados os pacíficos... São verdadeiramente pacíficos aqueles que... conservam a paz na alma e no corpo” (Ad 15).

Reconciliados conosco mesmos e com os irmãos, partilhando em nossa carne as mesmas lacerações do nosso mundo (cf. *Sdp* 20), como podemos concretamente levar a paz ao nosso mundo, e que dificuldades encontramos?

6.

“Perseverai na disciplina e na santa obediência e cumpri, com propósito bom e firme, o que lhe prometestes...” (Ord 10).

Quais as mediações, qual o ambiente fraterno-religioso, quais as estruturas significativas (pessoais, relacionais, do “habitat”) que consideramos importante valorizar para requalificar nossa vocação e missão? E, ao contrário, quais as que, pessoal e fraternalmente, impedem uma caminhada evangélica mais desenvolva?

*«Ao centro
da vida franciscana
encontra-se a experiência
de fé em Deus
no encontro pessoal
com Jesus Cristo»*